



Comportamento de negação, arma de desconstrução da Política de Imunização e da Saúde Pública

Roberta Lastorina Rios, Rodrigo da Costa Caetano

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como objetivo abarcar atendimentos básicos à alta complexidade prestados ambulatorialmente e hospitalar com o propósito de assegurar atendimento integral, universal e gratuito para toda população. As irresponsabilidades por atos governamentais são recorrentes, tornado relevante discutir como os discursos e ações em torno das políticas de saúde pública podem afetar a adesão da população às medidas preventivas. O trabalho é de abordagem qualitativa e natureza exploratória por se tratar de uma revisão e análise de conteúdo das notícias veiculadas nos meios de comunicação. Foram utilizadas as produções textuais e visuais difundidas em 2020 pelas mídias eletrônicas como jornais e redes sociais do Governo Federal e do presidente vigente, sendo desconsideradas as notícias repetidas. A ausência do “bom exemplo” por uma parcela dos governantes pode representar aspectos nocivos à proteção da saúde coletiva a partir do momento em que negam as problemáticas existentes no território e colaboram para o enfraquecimento das medidas preventivas ao desenvolvimento de doenças transmissíveis. Comportamentos que negam a gravidade das doenças e do cenário de transmissão ou o ato de colocar os interesses individuais acima do bem-estar coletivo, interferem na adesão às práticas de proteção e/ou geram confusão na interpretação da população, ampliando as chances de erro e exposição, sobretudo daqueles com menor nível educacional ou que se mantém na rede da polarização política. Como desfecho reflexivo, com a veiculação e execução de “certos” comportamentos do governante federal amplia-se o caos da saúde pública, demonstrando internamente e internacionalmente as fragilidades de uma gestão baseada em “achismos” e não em evidências científicas, tornando as políticas de proteção social variáveis às instabilidades de personalidade e não compatíveis com a Constituição Federal de 1988, que prevê o direito à saúde para todos os cidadãos. Quando interesses individuais deliberam que um medicamento não validado cientificamente, nem mesmo *off label*, é a solução para conter uma doença contagiosa, desconstrói-se a orientação do SUS pela busca e pelo fortalecimento de políticas sociais em saúde como a Política Nacional de Imunização combinada às práticas de cuidado coletivo, colocando em dúvida se o acesso à futura vacina será baseado no princípio da universalidade para todos os brasileiros ou se sofrerá interferência do poder financeiro. Caso isso ocorra, testemunharemos a sobreposição do interesse individual sobre o coletivo, revelando cruamente essa faceta que poderá colocar em xeque a popularidade de um governo demonstrando para que e para quem governa.